



Escola de Administração Fazendária



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS**

Gabarito

1

**Prova
Objetiva**

**Concurso
Público - 2007**

Cargo: **PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO TCE-GO**

Nome: _____

N. de Inscrição _____

Instruções

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“Educar não é repetir palavras, é criar idéias, é encantar” . (Augusto Cury)
- 5 - DURAÇÃO DA PROVA: **5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6 - Na prova há **100 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 7.3.7 do edital regulador do concurso.
- 12 - A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 13 - Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 - É incorreto afirmar, sobre fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios e das entidades da sua administração direta e indireta, que
- a) ela será feita mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
 - b) o controle externo, a cargo das Câmaras Municipais, será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou, onde houver sido criado anteriormente à Constituição Federal de 1988, dos Tribunais de Contas do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios.
 - c) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da respectiva Câmara Municipal.
 - d) as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
 - e) os Tribunais de Contas do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houverem sido criados anteriormente à Constituição Federal de 1988, podem aplicar penalidades ao Prefeito ou sustarem a execução de ato seu causador de despesa ilegal, mas não os Tribunais de Contas dos Estados, onde a estes esteja incumbido o auxílio à Câmara Municipal para o exercício da função de controle externo.
- 2 - Sobre a intervenção da União nos Estados, ou no Distrito Federal, ou dos Estados nos Municípios, é correto afirmar que
- a) o asseguramento, pela União frente aos Estados e ao Distrito Federal, do princípio constitucional de prestação de contas da administração pública, direta e indireta, não constitui motivo para justificar a decretação de intervenção federal.
 - b) a não prestação das contas devidas, na forma da lei, por Município, é motivo suficiente para justificar a decretação de intervenção federal.
 - c) a intervenção estadual, no caso de infração, por Município, do dever legal de prestação de contas, depende de solicitação do Poder Executivo coacto ou impedido.
 - d) a intervenção federal, no caso de infração, por Estado ou pelo Distrito Federal, ao princípio constitucional de prestação de contas da administração pública, direta e indireta, depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
 - e) a intervenção federal, no caso de infração, pelo Distrito Federal, ao princípio constitucional de prestação de contas da administração pública, direta e indireta, depende de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do respectivo Tribunal de Contas.
- 3 - Sobre o sistema de controle interno da União, é correto afirmar
- a) que sua função é dependente do controle externo, ao qual se subordina e em nome do qual atua.
 - b) que, entre suas competências, está a de exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
 - c) que, ao contrário do que ocorre com o exercício do controle externo pelo Tribunal de Contas da União, não lhe compete avaliar os resultados da execução dos programas de governo, salvo quando esta atividade estiver vinculada à avaliação das metas previstas no plano plurianual.
 - d) que ele é único, para todos os Poderes, que deverão mantê-lo de forma integrada.
 - e) que os seus responsáveis poderão ser solidariamente responsabilizados por irregularidade ou ilegalidade que, conhecida no exercício de suas funções, não for cientificada ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.
- 4 - Sobre a disciplina constitucional da Administração Pública, é incorreto afirmar que
- a) é permitida, desde que no âmbito do mesmo Poder e havendo compatibilidade de funções, a vinculação ou equiparação remuneratória do pessoal do serviço público.
 - b) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
 - c) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

- d) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- e) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

5 - Sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, a que se refere o artigo 70 da Constituição, é correto afirmar que ela

- a) será feita pelo sistema de controle interno de cada Poder exclusivamente sob a aspecto da legalidade.
- b) se dará, por intermédio tanto do controle externo quanto do controle interno de cada Poder, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, reservando-se ao Poder Legislativo, por oportunidade da lei orçamentária anual, a verificação quanto à correção da aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- c) se fará pelo sistema de controle externo, mas não pelo sistema de controle interno de cada Poder, quando se trate de verificar a legitimidade da aplicação das subvenções.
- d) será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- e) abrangerá a legitimidade da deliberação do Congresso Nacional, por oportunidade da elaboração da lei orçamentária anual, quanto à concessão de subvenções e renúncias de receitas.

6 - Sobre as Cortes de Contas, é incorreto afirmar

- a) que compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Tribunal de Contas da União.
- b) que incumbe ao Tribunal de Contas da União efetuar o cálculo das quotas referentes aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e de Participação dos Municípios sobre as receitas tributárias da União.
- c) que, nos dez primeiros anos da criação de Estado, o correspondente Tribunal de Contas terá três membros, sendo um livremente escolhido pelo Governador eleito, entre membros do Ministério Público junto ao Tribunal e um escolhido pela Assembléia Legislativa.

d) que, ao Conselho Nacional do Ministério Público compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, inclusive zelando pela observância do art. 37, mas tal competência será exercida sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.

e) que, ao Conselho Nacional de Justiça, compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, inclusive zelando pela observância do art. 37, mas tal competência será exercida sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

7 - Na escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União, não se observará o seguinte:

- a) um terço será escolhido pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- b) dois terços serão escolhidos pelo Congresso Nacional.
- c) a escolha do Presidente da República, quando deva recair sobre Auditor, dar-se-á entre os indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- d) entre os escolhidos pelo Presidente da República, dois, alternadamente, serão Auditores e Advogados junto ao Tribunal.
- e) o Auditor, independentemente de sua escolha pelo Presidente da República como indicado para vaga de Ministro, poderá exercer, por convocação do Presidente do TCU, em regime de substituição eventual ou temporária, as funções de Ministro.

8 - Sobre o Tribunal de Contas da União, é incorreto afirmar que

- a) é de sua incumbência auxiliar o Congresso Nacional no encargo deste quanto ao exercício do controle externo referido à União.
- b) é de sua competência apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, sendo dispensável, nestes casos, quando se trate do ato de concessão inicial, assegurar-se ao interessado, previamente ao ato decisório da Corte de Contas, o contraditório e a ampla defesa, mesmo quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado.
- c) é de sua competência apreciar e julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

- d) é de sua competência fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- e) deve ele prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas, inclusive informações sigilosas ou relativas a despesa de natureza reservada.
- 9 - É incorreto afirmar que estão constitucionalmente obrigados a prestar contas aos órgãos ou entidades de controle externo ou de controle interno de cada Poder, da União, sem prejuízo de outras formas de controle acaso previstas em legislação específica:
- a) qualquer pessoa física que utilize dinheiros, bens ou valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária.
- b) qualquer pessoa jurídica que arrecade, guarde ou gerencie dinheiros, bens ou valores públicos federais.
- c) qualquer pessoa que assumia obrigações de natureza pecuniária em nome da União.
- d) qualquer pessoa jurídica que administre bens pelos quais a União responda.
- e) qualquer pessoa privada, física ou jurídica, que pague seus tributos mediante lançamento a débito em conta corrente bancária mantida junto a instituições financeiras instituídas, mantidas ou controladas pelo Poder Público.
- 10- Sobre a estrutura e a composição do Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que
- a) o Auditor, quando no exercício de atribuições de judicatura exceto a substituição a Ministro, tem as mesmas garantias e impedimentos de juiz de Tribunal Regional Federal.
- b) compete ao Congresso Nacional, mediante resolução de iniciativa de qualquer dos seus membros, organizar as secretarias e os serviços auxiliares vinculados ao TCU.
- c) são requisitos para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, entre outros, ser brasileiro com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos.
- d) os seus ministros têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) ele tem quadro de pessoal compartilhado com a Câmara dos Deputados e com o Senado Federal.
- 11- É correto afirmar que os membros das Cortes de Contas são processados e julgados
- a) pelo Supremo Tribunal Federal, no caso dos Ministros do Tribunal de Contas da União relativamente às infrações penais comuns, mas esta prerrogativa não é extensível aos Auditores do TCU quando exerçam a função de Ministro em substituição eventual.
- b) pelo Supremo Tribunal Federal, no caso dos Ministros do Tribunal de Contas da União relativamente às infrações penais comuns e aos crimes de responsabilidade.
- c) pelo Superior Tribunal de Justiça, relativamente às infrações penais comuns e aos crimes de responsabilidade, os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem assim o Auditor do TCU, quando no exercício de funções da judicatura correspondente à substituição eventual de Ministro.
- d) pelo Superior Tribunal de Justiça, relativamente apenas aos crimes de responsabilidade, os conselheiros dos Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios.
- e) pelo Tribunal Regional Federal, o Auditor do TCU em qualquer das suas funções.
- 12- Se verificada alguma ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas no curso de inspeções, auditorias, prestações de contas ou qualquer outro procedimento a seu encargo, é incorreto afirmar que pode o Tribunal de Contas da União:
- a) fixar prazo para que o órgão ou entidade responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- b) se não atendido na sua fixação de prazo ao órgão ou entidade responsável pela adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sustar a execução do ato causador da ilegalidade de despesa, qualquer que seja a sua natureza, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- c) representar ao Poder competente sobre as ilegalidades, irregularidades ou abusos apurados.
- d) aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, inclusive, se for o caso e mediante decisão que terá eficácia de título executivo, multa proporcional ao dano causado ao erário.

- e) incluir a informação, acompanhada daquelas correspondentes às providências adotadas pela Corte e, se for o caso, pelos responsáveis, em seus relatórios, ordinário – trimestral e anual – ou extraordinário, ao Congresso Nacional.
- 13- Diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, é correto afirmar que a Comissão mista permanente de orçamento do Congresso Nacional
- a) deverá informar os fatos ao Tribunal de Contas da União para que este os investigue.
 - b) decidirá soberanamente, sem prejuízo do recurso regimental cabível ao Plenário do Congresso Nacional, quanto à regularidade das despesas.
 - c) proporá à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal a sustação do ato causador das despesas.
 - d) determinará ao Tribunal de Contas da União que aplique as multas previstas em lei aos responsáveis, se os devidos esclarecimentos não forem prestados pela autoridade governamental responsável ou forem considerados insuficientes.
 - e) poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.
- 14- É correto afirmar, sobre as normas estabelecidas na Seção IX, do Capítulo I do Título IV da Constituição Federal, arts. 70 a 75, referentes à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da sua administração direta e indireta, mediante controles externo e interno, que
- a) elas se aplicam, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, podendo as Constituições Estaduais ou a Lei Orgânica do Distrito Federal, conforme o caso, dispor, nos limites da Constituição Federal, sobre os respectivos Órgãos de Contas.
 - b) elas se aplicam, no que couber e conforme disponha lei complementar da União, aos Tribunais de Contas dos Municípios.
 - c) elas se aplicam, no que couber e conforme disponha lei complementar estadual de iniciativa privativa do Governador do Estado, aos Tribunais de Contas dos Estados.
 - d) elas se aplicam, diretamente mas observadas as ressalvas dispostas nas correspondentes Leis Orgânicas, aos Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios, quando estes houverem sido instituídos após a vigente Constituição Federal.
- e) elas se aplicam, direta e integralmente (*ipsis litteris*), aos Tribunais de Contas dos Estados.
- 15- De acordo com a interpretação consagrada pelo Supremo Tribunal Federal em torno dos correspondentes dispositivos constitucionais, é correto afirmar que
- a) os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União integram o Ministério Público Federal.
 - b) os Procuradores de Justiça podem, na forma da respectiva lei complementar de organização do Ministério Público Estadual, atuar junto à Corte de Contas Estadual, originariamente ou em substituição aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado.
 - c) os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, também denominado de Ministério Público Especial junto à Corte de Contas, gozam das mesmas garantias atribuídas aos membros do Ministério Público da União.
 - d) os membros dos Ministérios Públicos junto às Cortes de Contas serão escolhidos, alternadamente, por merecimento e por antiguidade, para o cargo de Auditor junto ao respectivo Tribunal.
 - e) ao menos um entre os Ministros do Tribunal de Contas da União, ou entre os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados, deverá ser escolhido pelo correspondente Chefe do Poder Executivo entre membros do Ministério Público junto ao respectivo Tribunal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16- As chamadas Agências Reguladoras

- a) integram a administração direta, vinculadas que estão a órgãos do Poder Executivo.
- b) poderão constituir-se como autarquias ou fundações, públicas ou privadas.
- c) têm natureza jurídica de autarquias.
- d) integram o chamado Terceiro Setor, assumindo atividades de interesse público.
- e) têm natureza jurídica de fundação privada, subsidiada com recursos públicos, em face da independência que devem possuir frente ao Estado.

17- Sobre as Organizações Sociais, entidades integrantes do Terceiro Setor, é incorreto afirmar que

- a) o programa de trabalho, que é proposto pela Organização Social, estabelecerá metas e prazos de execução de atividades de interesse público.
- b) a parceria com o Poder Público é instrumentalizada por meio de um contrato de gestão, elaborado pela Administração, ao qual adere a entidade qualificada como Organização Social.
- c) é possível a cessão de servidores públicos para tais entidades, com ônus para a Administração.
- d) se admite a destinação de bens públicos a tais entidades.
- e) se admite que tais entidades desenvolvam atividades de rádio e televisão.

18- Nos termos da Lei n. 8.666/1993, a duração dos contratos regidos por esse Estatuto deve observar a vigência dos respectivos créditos orçamentários. Tal regra

- a) não admite exceções, pois o Estado não pode assumir compromissos sem a necessária programação quanto aos recursos necessários a suprir as despesas criadas.
- b) admite como exceção apenas a hipótese de contratação emergencial, decorrente de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis para o Poder Público.
- c) admite como exceção contratações atinentes ao aluguel de equipamentos.
- d) admite como exceção apenas a dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua.
- e) admite como exceções tanto a hipótese de contratação emergencial, como aquelas que tenham por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

19- A execução de determinado contrato administrativo de prestação de serviços teve de ser paralisada por um período de 1 (um) mês, por ocorrência de fatos alheios à vontade ou controle dos contratantes. Em tal hipótese, o cronograma de execução

- a) será prorrogado por igual período, desde que isso tenha sido pactuado, no contrato original.
- b) será prorrogado automaticamente, por igual período.
- c) deverá ser alterado, mediante acordo entre as partes.
- d) poderá ser alterado, a critério da Administração contratante, após avaliação quanto ao interesse público nessa alteração contratual.
- e) não poderá ser alterado se tal possibilidade não foi prevista no respectivo edital de licitação, por não se admitir a constituição de benefícios não previstos quando da abertura do certame licitatório.

20- Suponha que, em determinado contrato administrativo, tenha-se verificado, tecnicamente, a inaplicabilidade dos termos contratuais originários, tornando-se necessária a modificação do regime de execução do serviço. Nesse caso,

- a) será possível a alteração do contrato, por acordo entre as partes, havendo necessidade de celebração de termo aditivo, para tal fim.
- b) será possível a alteração unilateral do contrato pela Administração, para a modificação do regime de execução do serviço, sendo desnecessária a celebração de termo aditivo.
- c) será possível a alteração unilateral do contrato pela Administração, para a modificação do regime de execução do serviço, tornando-se, não obstante, necessária a celebração de termo aditivo.
- d) será possível a alteração do contrato, por acordo entre as partes, sendo desnecessária a celebração de termo aditivo.
- e) não será possível a alteração contratual, pois tal significaria alteração das condições previstas na licitação respectiva, devendo-se proceder à rescisão do contrato.

21- A legislação pátria considera determinadas cláusulas “necessárias” em todos os contratos administrativos. Entre tais cláusulas, não

- a) se inclui a que disponha sobre as hipóteses de rescisão, eis que tal é matéria já tratada de forma expressa em nossa legislação.
- b) se inclui o reconhecimento dos direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, uma vez que tais direitos decorrem da própria lei.
- c) se inclui a obrigação de o contratado manter, durante toda a execução do contrato, as condições que o habilitaram e qualificaram para prestar os serviços, pois tal é decorrência lógica de todos os contratos celebrados com o Poder Público.
- d) se incluem as garantias oferecidas quando da participação do certame, que assegurarão o fiel cumprimento do contrato, pois, independentemente de menção a tais garantias, poderão elas ser utilizadas em proveito da Administração.
- e) se inclui a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou reconheceu sua inexigibilidade, ou, ainda, ao convite, pois tal também é decorrência lógica da própria celebração do contrato com o Poder Público.

22- Assinale a opção correta.

- a) No desfazimento do processo licitatório em decorrência de vício que o torne nulo não se há de falar em ampla defesa ou contraditório, por inexistir direito à contratação, por qualquer dos licitantes.
- b) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade gera, como regra, o dever de a Administração indenizar os licitantes pelos gastos levados a efeito para a elaboração das propostas e a participação no certame.
- c) A nulidade da licitação não conduzirá à do contrato, se o vício da qual decorre não for imputável à contratada.
- d) A anulação do certame licitatório, se decorrente de inquestionável e notória afronta à lei, prescinde de prévia fundamentação.
- e) A anulação de reconhecimento de inexigibilidade de certame deve observar o princípio da ampla defesa.

23- A tomada de preços, no sentido técnico adotado pela legislação pátria, é

- a) um tipo de licitação para contratações, até determinado valor, que varia de acordo com o objeto da contratação (se obras ou serviços de engenharia, ou compras e demais serviços).
- b) um levantamento prévio de preços, feito pela Administração, com o objetivo de constituir o Sistema de Registro de Preços.
- c) um tipo de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- d) uma modalidade de licitação, da qual podem participar apenas interessados previamente cadastrados, ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas.
- e) uma modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, previamente cadastrados ou não.

24- A inexecução, pela concessionária, do contrato de concessão de serviço público, por razões imputáveis exclusivamente a ela, autoriza o Poder Público à

- a) rescisão do contrato respectivo, com posterior encampação.
- b) encampação, com posterior rescisão do contrato respectivo.
- c) declaração de caducidade da concessão, com posterior encampação.
- d) rescisão do contrato respectivo.
- e) declaração de caducidade da concessão.

25- Considerando os entendimentos consolidados pelo Supremo Tribunal Federal, ao longo dos anos, relativamente ao instituto da desapropriação, assinale a opção incorreta.

- a) Na indenização por desapropriação, devem ser incluídos honorários do advogado do expropriado.
- b) É devida correção monetária, até a data do efetivo pagamento da indenização, devendo-se proceder à atualização do cálculo, ainda que seja por mais de uma vez.

- c) É constitucional a previsão contida na antiga Lei de Desapropriações por Utilidade Pública (Decreto-lei n. 3.365/1941), no sentido da possibilidade de imissão provisória na posse, mesmo sem prévia citação do réu, mediante o depósito de determinado montante, especificado em tal lei.
- d) A demora no pagamento do preço da desapropriação dá direito à indenização complementar, além dos juros.
- e) As margens dos rios navegáveis estão excluídas do cálculo da indenização.
- 26- O direito de petição, na esfera administrativa, quanto a atos referentes à cassação de aposentadoria do servidor estadual,
- a) prescreve em 20 (vinte) anos.
- b) prescreve em 180 (cento e oitenta) dias.
- c) prescreve em 5 (cinco) anos.
- d) prescreve em 120 (cento e vinte) dias.
- e) é imprescritível, por se tratar de defesa de direito já anteriormente incorporado ao patrimônio jurídico do servidor aposentado.
- 27- Considerando o pedido de reconsideração e o recurso administrativo, na forma como disciplinados pela Lei Estadual n. 10.460/1988, assinale a opção correta.
- a) Ambos não têm efeito suspensivo.
- b) Ambos, quando cabíveis, interrompem a prescrição apenas uma vez.
- c) Apenas o pedido de reconsideração tem efeito suspensivo; em sendo provido, seu efeito retroagirá à data da apresentação do pedido.
- d) Apenas o recurso administrativo tem efeito suspensivo; em sendo provido, seu efeito retroagirá à data do ato impugnado.
- e) Ambos têm efeito suspensivo.
- 28- O servidor do Estado de Goiás não aprovado em estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado. A recondução, contudo, não ocorrerá, em se verificando a ausência do seguinte requisito:
- a) eficiência.
- b) disciplina.
- c) aptidão.
- d) idoneidade moral.
- e) assiduidade e pontualidade.
- 29- Extinto o cargo ocupado por servidor estadual estável,
- a) este, a despeito da estabilidade, será exonerado, pois seu aproveitamento em outro cargo feriria o mandamento constitucional que exige prévio concurso público para a ocupação de cargos de provimento efetivo.
- b) este será demitido, com indenização proporcional ao tempo de serviço.
- c) este será automaticamente reconduzido ao novo cargo que deverá ser criado, concomitantemente à extinção do cargo anterior, pois o servidor estável que não tenha cometido irregularidade grave detém direito à ocupação de algum cargo público, na esfera da Administração.
- d) este será automaticamente aproveitado, em caráter excepcional, em outro cargo já existente, independentemente da lotação do órgão ou unidade.
- e) este ficará em disponibilidade, até seu aproveitamento em outro cargo, com vencimento proporcional ao tempo de serviço.
- 30- No que tange a exigências estabelecidas para o provimento originário e efetivo exercício de cargo público, assinale a opção que constitui entendimento hoje sedimentado no Supremo Tribunal Federal.
- a) É aceitável, excepcionalmente, o estabelecimento de idade mínima do pretendente ao cargo público, mas apenas como exigência para a nomeação no referido cargo.
- b) O limite de idade para a inscrição em concurso público é legítimo, quando tal limite possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- c) É aceitável, em determinada hipótese, o estabelecimento de idade mínima do pretendente ao cargo público, mas apenas como exigência para a posse no referido cargo.
- d) É aceitável, em determinada hipótese, o estabelecimento de idade mínima do pretendente ao cargo público, mas apenas como exigência para a efetiva entrada em exercício no referido cargo.
- e) É inaceitável a exigência de idade mínima do pretendente a cargo público, que seja provido por concurso público, se esse comprovadamente detém capacidade plena para o exercício de direitos, e assunção de obrigações, nas esferas civil e penal.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

31- Com relação aos benefícios previstos no sistema de previdência social no Brasil, julgue os itens abaixo considerando o disposto no Título VIII – Da Ordem Social na Constituição de 1988, e assinale a opção correta.

- I. O benefício, auxílio-reclusão, é devido aos dependentes de segurados que ganham mais de 5 salários-mínimos.
- II. Maria Clara, Procuradora da República, não pode filiar-se facultativamente ao Regime Geral de Previdência Social.
- III. O seguro-desemprego é benefício assistencial financiado pelos recursos provenientes de Contribuição Social.
- IV. O salário-família é previsto para os dependentes dos segurados de baixa renda.

- a) Todos estão corretos.
- b) Somente I está incorreto.
- c) II e III estão corretos.
- d) I e III estão incorretos.
- e) III e IV estão incorretos.

32- Com relação às características do regime público de previdência específico dos titulares de cargos efetivos, julgue os itens abaixo considerando os dispositivos constitucionais e legais que regulam a matéria, e assinale a opção correta.

- I. A existência de um plano de benefícios pré-definido caracteriza esse regime.
- II. Esse regime é financiado pelo regime de repartição simples.
- III. Esse regime é de filiação obrigatória.
- IV. Há caráter contributivo nesse regime.

- a) Somente I está incorreto.
- b) Todos estão corretos.
- c) Somente I e III estão incorretos.
- d) Somente II e III estão corretos.
- e) Somente III e IV estão incorretos.

33- A respeito dos benefícios pagos pelo regime de previdência estadual próprio do Estado de Goiás, analise as assertivas abaixo e assinale a resposta correta.

- I. A aposentadoria por invalidez permanente será paga proporcionalmente em caso de acidente em serviço.
- II. A aposentadoria por idade pode ocorrer de forma voluntária aos sessenta anos de idade.
- III. O auxílio-reclusão será pago ao filiado ou participante.
- IV. O benefício de pensão por morte será pago aos dependentes irmãos não emancipados *pro rata* com os filhos.

- a) Somente II e III estão corretos.
- b) Todos estão corretos.
- c) Somente II e IV estão errados.
- d) Todos estão errados.
- e) Somente I e IV estão errados.

34- Com relação à perda da qualidade de beneficiário do regime de previdência estadual próprio do Estado de Goiás, analise as assertivas abaixo e assinale a resposta correta.

- I. O cônjuge perde a qualidade de dependente quando houver o divórcio, salvo se lhe for assegurada a prestação de alimentos.
- II. O filho deixa de ser dependente ao completar 21 anos, mesmo se for inválido.
- III. Perde a qualidade de filiada ou participante a pessoa que for demitida de seu cargo público.
- IV. O Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás que tenha sido promovido a Procurador de Justiça.

- a) Todos estão corretos.
- b) I e III estão corretos.
- c) Todos estão errados.
- d) II e III estão errados.
- e) I e IV estão errados.

35- Com relação ao Fundo de Previdência Estadual do regime de previdência próprio do Estado de Goiás, analise as assertivas abaixo e assinale a resposta correta.

- I. O referido Fundo será organizado pelo Conselho Estadual de Previdência – CEP.
- II. As receitas do Fundo provêm de recursos do Estado e das contribuições dos seus filiados, participantes e dependentes.
- III. As receitas e despesas operacionais serão escrituradas em regime de caixa, visando a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial.
- IV. Há contas específicas para o Fundo distintas das contas do IPASGO e do Tesouro Estadual.

- a) I e IV estão corretos.
- b) Todos estão corretos.
- c) Todos estão errados.
- d) II e IV estão errados.
- e) I e III estão corretos.

DIREITO CIVIL

36- Assinale a opção que representa uma afirmação correta, de acordo com ordenamento jurídico pátrio.

- a) A morte presumida da pessoa natural, quando se tratar de ausente, dar-se-á com a sentença de abertura da sucessão provisória.
- b) As decisões tomadas por órgão de administração coletiva de pessoa jurídica, quando eivadas de simulação, são casos de nulidades absolutas, não sendo suscetíveis de convalidação pelo decurso do tempo.
- c) Nas associações, a qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
- d) Não dispendo a lei em contrário, são imprescritíveis os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- e) Um sócio de uma sociedade limitada não poderá ceder suas quotas a terceiro estranho à sociedade, se não houver previsão expressa no contrato de constituição da sociedade.

37- De acordo com o Código Civil brasileiro é correto afirmar que

- a) se considera imóvel, para os efeitos legais, o usufruto sobre um bem móvel.
- b) os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem, em regra, as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei ou da manifestação de vontade das partes.
- c) um complexo de relações jurídicas dotadas de valor econômico pertencente a uma pessoa, pode constituir-se em uma universalidade de fato ou em uma universalidade de direito.
- d) a construção de uma casa em um prédio rústico (fazenda) é considerada uma benfeitoria necessária.
- e) somente os bens imóveis frutíferos têm idoneidade para ser objeto de um contrato de comodato.

38- Assinale a opção correta, levando em consideração as disposições do ordenamento jurídico brasileiro vigente, no que tange aos negócios jurídicos.

- a) Nos negócios de transmissão gratuita de bens, a caracterização da fraude contra credores não exige a presença do elemento subjetivo (*consilium fraudis*), bastando apenas a existência do elemento objetivo (*eventus damni*).
- b) Quando a lei proibir a prática de um negócio jurídico, sem cominar sanção, o prazo para pleitear-se a anulação do mesmo será de 2 (dois) anos, a contar da conclusão do ato.
- c) Tanto a simulação absoluta quanto a simulação relativa, quando presentes no negócio jurídico, eivam de nulidade absoluta o negócio jurídico como um todo, sendo impossível a subsistência de qualquer ato negocial dissimulado.
- d) Tem-se por inexistentes as condições incompreensíveis ou contraditórias, mantendo-se o negócio jurídico.
- e) Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, mesmo que se constitua em motivo determinante da liberalidade.

39- Assinale a opção correta.

- a) Se, na celebração de um negócio jurídico, as partes fixarem um prazo decadencial, em benefício de um deles, poderá o juiz declarar a decadência, de ofício, independentemente de alegação da parte interessada.
- b) A confissão, quando considerada meio de prova de um fato jurídico, é revogável, podendo ainda ser anulada, se decorreu de erro de fato ou de coação.
- c) Pactuado um contrato de mandato, com cláusula “em causa própria” em favor do mandatário, o mesmo terá caráter irrevogável, sendo transferível aos herdeiros os poderes outorgados ao executor, se este vier a falecer.
- d) Na sociedade limitada, quando não integralizada a quota de sócio remisso, os demais sócios podem excluí-lo e tomar para si as quotas anuladas, mas não podem transferi-las a estranhos à sociedade.
- e) O Código Civil brasileiro vigente vedou expressamente, na sociedade limitada, o direito de receso aos sócios que a compõem.

40- Considerando o ordenamento jurídico que vige as obrigações e os contratos, assinale a opção cuja assertiva é correta.

- a) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor, podendo este optar em pleitear indenização pelas perdas e danos.
- b) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar onde a coisa negociada se encontrava, ao tempo da venda.
- c) Nos contratos de adesão, existindo cláusulas que estipulem a renúncia antecipada a direito resultante da natureza do negócio, nulo será o contrato.
- d) Quando ocorrer a mora *ex persona*, aplicar-se-á a regra *dies interpellat pro homine*, ou seja, a lei ou o dia assumirão o papel de intimação do devedor.
- e) A cláusula adjeta de “pacto de retrovenda”, estipulada em um contrato de venda de um imóvel, torna a propriedade resolúvel para o alienante, por um certo lapso temporal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41- Quanto ao regime da nulidade dos atos processuais civis, assinale a afirmativa correta.

- a) Segundo o princípio da celeridade e da lealdade processual poderá, sempre, qualquer das partes no processo argüir a nulidade de ato processual.
- b) A nulidade absoluta causadora de prejuízo deve ser argüida na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- c) Segundo o princípio da instrumentalidade das formas, o ato será considerado válido se alcançar sua finalidade, ainda que a lei prescreva determinada forma com cominação de nulidade.
- d) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subseqüentes.
- e) O juiz declarará a nulidade quando constatar a falta de intimação do Ministério Público em processo em que deva intervir, como fiscal da lei, inclusive quando se tratar de ação de improbidade administrativa.

42- Acerca dos prazos processuais é correto afirmar

- a) que podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo peremptório; mas é defeso reduzir ou prorrogar os prazos dilatatórios.
- b) que se computar em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- c) que, se o vencimento de prazo ocorrer em dia em que houver encerramento do expediente forense antes da hora normal, considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte.
- d) que, salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
- e) que os prazos processuais são irrenunciáveis.

43- Observando as normas do processo civil, assinale a afirmativa correta.

- a) Ajuizada a ação popular, o autor dela não poderá desistir, uma vez que a ação se destina à proteção de interesse público e social.
- b) Havendo ação e reconvenção, a desistência da ação não obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- c) No processo de conhecimento, depois de efetuada a citação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

- d) A desistência da ação e a renúncia ao direito são atos bilaterais a partir do momento processual em que dependem da concordância do réu.
- e) O ato de desistência produz, imediatamente, a extinção de direitos processuais, estando sujeito à homologação judicial posterior.
- 44- Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, segundo as normas previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar
- a) que a confusão entre autor e réu é causa de extinção do processo sem resolução do mérito.
- b) que, quando o juiz constatar que a prolação da sentença depende do julgamento de outra causa, extinguirá o processo sem resolução do mérito de modo que o interessado poderá ajuizar, oportunamente, nova ação.
- c) que o indeferimento da petição inicial somente é permitido se, intimado o autor, não emendar a inicial.
- d) que a transação é causa legal de extinção do processo sem resolução do mérito por desaparecimento do interesse processual.
- e) que a morte do autor é causa direta de extinção do processo.
- 45- Em matéria de antecipação de tutela, segundo o regime do Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- a) o juiz poderá, de ofício ou a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela principal requerida na inicial quando houver manifesto propósito protelatório do réu.
- b) a concessão antecipada da tutela, por ser satisfativa, encerra o processo.
- c) o juiz poderá cominar pena pecuniária, de ofício ou a requerimento da parte, quando do deferimento de antecipação de tutela que impõe obrigação de fazer.
- d) o perigo de irreversibilidade do provimento não justifica o indeferimento da antecipação de tutela.
- e) nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas e por isso a decisão de antecipação de tutela somente pode ser revista em sede recursal.
- 46- Segundo as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, acerca das provas é correto afirmar que
- a) a negação do fato constitutivo alegado pelo autor transporta para o réu o ônus da prova.
- b) a prova emprestada não é meio moralmente legítimo de prova.
- c) a legislação não é objeto de prova porque a ninguém é dado alegar o desconhecimento da lei.
- d) a parte que tiver advogado constituído nos autos não poderá receber nenhuma intimação pessoal no processo.
- e) a confissão pode ser cindida quando o confitente lhe aduzir fatos novos, suscetíveis de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.
- 47- Quanto à sentença, é correto afirmar
- a) que, se tratando de sentença proferida em relação jurídica continuativa na qual sobreveio alteração do estado de fato, o interessado na revisão da sentença deverá utilizar-se de ação rescisória.
- b) que sempre que a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já tiver sido proferida sentença em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- c) que o juiz poderá alterar a sentença, em julgamento de embargos declaratórios, quando acolher a alegação de existência de obscuridade, dúvida ou contradição.
- d) que, em caso de interposição de recurso pelo autor contra sentença de indeferimento liminar da petição inicial, caberá retratação da decisão pelo juiz.
- e) que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento da parte, corrigir na sentença inexatidões materiais e omissões, bem como retificar erros de cálculo.
- 48- Quanto à sentença e aos efeitos da coisa julgada é correto afirmar que
- a) a sentença proferida em ação civil pública faz coisa julgada exceto quando o pedido for julgado improcedente, por qualquer motivo, quando, então, a ação poderá ser renovada.
- b) a sentença condenatória proferida em ação civil pública produz efeitos *erga omnes* e não apenas entre as partes.

- c) a sentença proferida em ação popular que julga improcedente o pedido por deficiência de prova faz coisa julgada *erga omnes* e não poderá ser intentada novamente com idêntico fundamento.
- d) a sentença proferida em ação de improbidade administrativa que julgar procedente o pedido formulado pelo Ministério Público declarará a indisponibilidade de todos os bens do réu.
- e) a sentença que concede medida em processo cautelar e que for transitada em julgado não poderá ser alterada.

49- Na execução contra a Fazenda Pública é correto afirmar

- a) que, quando o valor do crédito perante a Fazenda Pública exceder o parâmetro de pequeno valor, o credor não poderá fracioná-lo para cobrá-lo em duas partes como sendo de pequeno valor.
- b) que os precatórios para pagamento de benefícios previdenciários terão o seu valor atualizado monetariamente por ocasião do seu pagamento e os demais serão pagos pelo valor nominal, com expedição de precatório complementar.
- c) que, à exceção dos créditos de natureza alimentícia e aqueles de pequeno valor, todos os demais pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão por meio de expedição de precatórios.
- d) que, em atenção ao princípio da igualdade, a lei não poderá fixar montantes distintos, por categorias de entidades de direito público, como parâmetro de pequeno valor para fins de dispensa de expedição de precatório.
- e) que é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do mesmo exercício.

50- Na execução fiscal é correto afirmar

- a) que é admissível a discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública em execução, pela via do mandado de segurança ou pela via da ação anulatória do ato declarativo da dívida, precedidas, em qualquer caso, de depósito preparatório do valor do débito.
- b) que, nos embargos, o executado poderá alegar toda matéria útil à defesa, como pagamento, transação, compensação e prescrição.

- c) que, não encontrados bens do executado, o juiz suspenderá o processo, iniciando-se, então, o curso do prazo prescricional.
- d) que não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
- e) que está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença que julgar improcedentes os embargos à execução fiscal.

DIREITO PENAL

51- Carlos, acreditando que João é funcionário público, oferece-lhe propina para incentivá-lo a praticar ato administrativo em seu favor. Temos, na situação-problema apresentada, segundo o Código Penal Brasileiro,

- a) erro de tipo.
- b) delito putativo por erro de tipo.
- c) excludente de culpabilidade.
- d) *aberratio ictus*.
- e) *error in eligendo*.

52- Assinale a opção incorreta a respeito dos efeitos penais (principais) e extrapenais (acessórios) da condenação penal.

- a) Impede, em regra, o sursis.
- b) Aumenta o prazo da prescrição da pretensão executória.
- c) Causa a revogação da reabilitação.
- d) Dolo direto é sinônimo de dolo eventual.
- e) Torna provável a obrigação de indenizar o dano causado.

53- Assinale a opção incorreta a respeito das hipóteses de extinção da punibilidade.

- a) Pela denúncia.
- b) Pela prescrição.
- c) Pela perempção.
- d) Pela decadência.
- e) Pela anistia, graça ou indulto.

54- Com respeito à Lei n. 8.429, de 1992, que, regulamentando o art. 37, § 4º, da Constituição Federal, dispõe sobre os atos de improbidade administrativa e sua penalização, assinale a opção correta no que se refere ao prazo de preclusão para a propositura da ação de improbidade administrativa no serviço público federal.

- a) 1 ano após o cometimento do ato ímprobo.
- b) 2 anos após a exoneração de cargo em comissão.
- c) 5 anos após o término do exercício do mandato.
- d) 10 anos após a aposentadoria no cargo.
- e) 3 anos após a exoneração de função de confiança.

55- Assinale a opção correta a respeito dos crimes da lei de licitações.

- a) O conceito de servidor público perante a lei de crimes de licitação é oriundo do Código Penal brasileiro.
- b) O ocupante de emprego público em sociedade de economia mista não é considerado servidor público para a lei de crimes de licitação.
- c) A referida lei não protege o princípio da competitividade em tipos penais nela existentes.
- d) Os tipos existentes nessa lei carecem de aplicação imediata por não preverem penas específicas.
- e) Distinto do Código Penal, o valor da pena pecuniária consiste no pagamento de quantia fixada em sentença levando-se em conta o valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferida pelo agente .

DIREITO FINANCEIRO

56- A respeito do tratamento constitucional das Finanças Públicas, assinale a opção correta.

- a) Caberá a uma Comissão mista permanente de senadores e deputados examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) Na omissão do Poder Executivo, compete ao Congresso Nacional iniciar o processo legislativo das matérias pertinentes ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais.
- c) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização na lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, da Constituição de 1988.
- d) Se o Presidente da República pretender alterar, após iniciada a votação, na Comissão mista, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, deverá enviar mensagem ao Congresso Nacional com a proposta de modificação.
- e) Lei ordinária de iniciativa do Poder Executivo disporá sobre dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.

57- Segundo Celso Ribeiro Bastos, “o funcionamento do Estado conduz, necessariamente, à existência de uma atividade financeira consistente na obtenção de recursos, na sua gestão e, ao final, na sua aplicação”. Sob essa ótica, não constitui uma característica da atividade financeira do Estado

- a) a presença constante de uma pessoa jurídica de direito público.
- b) o objeto “econômico” da atividade.
- c) o conteúdo monetário da função.
- d) a compulsoriedade ou coercitividade no seu exercício.
- e) a natureza primária e finalística do seu desempenho.

58- O princípio da não vinculação ou não afetação de receita impede a

- a) destinação de taxa a fundo.
- b) retenção de tributos em garantia de cumprimento de obrigação assumida com a União.
- c) vinculação da receita de impostos, salvo exceções expressamente definidas.
- d) repartição do produto da arrecadação das contribuições sociais com os Estados e Municípios.
- e) concessão de garantia lastreada na arrecadação tributária.

59- O sistema constitucional de discriminação de rendas

- a) é cláusula pétrea e, por isso, insuscetível de emenda modificativa.
- b) não interfere na partilha das competências tributárias.
- c) adota como mecanismos a repartição das fontes de receita e a repartição do produto da arrecadação (discriminação pelo produto).
- d) somente admite a participação indireta na arrecadação, por meio de fundos, sendo vedada a participação direta.
- e) está sujeito à regulamentação por lei ordinária nacional.

60- As receitas públicas agrupam-se em duas grandes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Nesse contexto, as operações de crédito constituem

- a) Receita de Capital.
- b) Despesa de Capital.
- c) Transferência Corrente.
- d) Transferência de Capital.
- e) Receita Corrente.

61- De acordo com as regras constitucionais que disciplinam as finanças públicas, assinale a opção incorreta.

- a) O Banco Central pode comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- b) A transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, depende de autorização legislativa específica.

c) É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira, ainda que a título de antecipação de receitas.

d) As disponibilidades de caixa dos Estados-Membros, dos órgãos ou entidades que os integram e das empresas por eles controladas deverão ser depositadas em instituições financeiras oficiais, cabendo, unicamente, à União Federal, mediante lei de caráter nacional, definir as exceções autorizadas pelo art. 164, § 3º da Constituição da República.

e) Podem ser realizadas operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital se autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

62- Integram a receita corrente líquida, exceto

- a) os tributos.
- b) as receitas patrimoniais.
- c) as transferências correntes.
- d) os valores recebidos em decorrência do Fundef.
- e) as contribuições para a seguridade social incidentes sobre a folha de salários.

63- A respeito dos procedimentos de execução da despesa pública, assinale a opção incorreta.

- a) Nenhuma despesa pode ser realizada sem prévio empenho.
- b) As despesas decorrentes de ordem judicial não necessitam de nota de empenho.
- c) O empenho não pode exceder os limites do crédito.
- d) Liquidação consiste no ato da autoridade competente que determina o pagamento e extingue a obrigação do Estado.
- e) A anulação do empenho faz-se por nota de empenho.

64- Sobre a Lei Orçamentária Anual, assinale a opção correta.

- a) Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as das autarquias federais relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

- b) Em casos excepcionais, devidamente justificados, é possível consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- c) É vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, salvo demonstração da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais integrantes da lei de diretrizes orçamentárias.
- d) A reserva de contingência constante da lei orçamentária é definida com base na projeção das receitas a serem arrecadadas no exercício financeiro respectivo.
- e) O demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia que acompanha o projeto de lei orçamentária deve ser regionalizado.

65- É vedada a realização de operação de crédito

- a) entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação para refinarciar dívidas contraídas junto à própria instituição concedente.
- b) entre um ente da Federação e outro.
- c) por antecipação de receitas orçamentárias.
- d) mediante aquisição por instituição financeira controlada de títulos da dívida pública da União para aplicação de recursos próprios.
- e) na forma de assunção de obrigação com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços, independentemente de autorização orçamentária.

66- Os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios é estabelecido em

- a) decreto legislativo.
- b) lei ordinária.
- c) lei complementar.
- d) lei delegada.
- e) resolução do senado.

67- São instrumentos de transparência da gestão fiscal, exceto

- a) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- b) as prestações de contas.
- c) o relatório resumido da execução orçamentária, divulgado em versão simplificada.
- d) os limites da dívida pública.
- e) o incentivo à participação popular, mesmo durante a fase de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

68- Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar

- a) que é possível a previsão de dotação orçamentária para atender necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas do setor privado.
- b) que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes e o Ministério Público promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, podendo o Poder Executivo limitar os valores financeiros segundo critérios definidos pela lei de diretrizes orçamentárias, caso os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promovam a limitação no prazo estabelecido na lei.
- c) que não pode haver destinação de recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituição financeira.
- d) que anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.
- e) que não se aplica às empresas estatais não dependentes.

69- Os limites da despesa total com pessoal não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida discriminados na LRF. Esses percentuais

- a) não englobam as despesas com inativos custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuição dos segurados.
- b) são fixados de forma supletiva em relação à lei de diretrizes orçamentárias.
- c) são fixados de forma taxativa e sujeitam o infrator às conseqüências da lei, entre as quais a impossibilidade de contratar, em qualquer

hipótese, operações de crédito.

- d) são repartidos em limites específicos por Poder e órgão nas esferas federal, estadual e municipal, podendo essa distribuição interna ser alterada pela lei de diretrizes orçamentárias, observado o limite global de cada ente.
- e) são discriminados de forma igualitária para a União, Estados e Municípios.

70- O instituto da transferência voluntária

- a) não exige dotação orçamentária, por falta de compulsoriedade.
- b) pode ser utilizado como reforço orçamentário para pagamento de despesas com pessoal.
- c) não pode ser realizado, se vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, independentemente da finalidade.
- d) não pode ser realizado, se o beneficiário estiver descumprindo os limites constitucionais relativos à educação e à saúde, mesmo em relação a ações de educação, saúde e assistência social.
- e) compreende a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, destinados ao Sistema Único de Saúde.

DIREITO TRIBUTÁRIO

71- Sobre as limitações do poder de tributar do Estado de Goiás e sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, pode-se afirmar, exceto que é vedado,

- a) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Distrito Federal.
- c) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, salvo se a diferença for fundada na procedência ou no destino dos bens ou dos serviços.
- d) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- e) instituir impostos sobre livros, jornais e periódicos e o papel destinado a sua impressão.

72- Assinale a resposta correta.

- a) A Administração Tributária do Estado de Goiás pode apreender mercadorias em trânsito, de propriedade de contribuinte regularmente inscrito em seu cadastro, e somente liberá-las após o pagamento do imposto devido.
- b) A alteração por lei municipal do índice de correção monetária aplicável ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no mês de abril de um determinado ano fiscal, exigindo o novo índice no mês subsequente à modificação, não representa ofensa ao princípio da anterioridade.
- c) O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em razão do princípio da simetria, entende válida a aplicação automática de lei federal definidora do valor mínimo para ajuizamento de execuções fiscais, aos procedimentos judiciais em que o Estado de Goiás cobra impostos de sua competência.
- d) A lei estadual que altera o dia do recolhimento do ICMS do dia 20 de cada mês para todo dia 10 somente poderá ser aplicada no ano seguinte à sua publicação.
- e) É da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre direito tributário.

73- Quanto à interpretação e integração das normas tributárias, assinale a opção correta.

- a) As lacunas do Direito Tributário são colmatadas pela mesma sistemática da Lei de Introdução ao Código Civil.
- b) O contrato de arrendamento mercantil relativo a um automóvel pode excluir a responsabilidade tributária do arrendante, em relação ao Imposto sobre Veículos Automotores, uma vez que as partes podem pactuar suas obrigações.
- c) Em existindo dúvida quanto à capitulação legal do fato, deve-se interpretar a lei tributária definidora de infrações da maneira mais favorável ao acusado.
- d) A outorga de isenções é interpretada finalisticamente, cabendo ao aplicador da lei buscar o objetivo perseguido pelo legislador.
- e) A lei tributária, em alguns casos, pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado para definir ou limitar competências tributárias.

74- Entre as afirmativas abaixo, relativas à imunidade e isenções tributárias, assinale a correta.

- a) Os partidos políticos são entidades imunes, benefício que não se estende às suas fundações.
- b) A imunidade de entidade educacional sem fins lucrativos não é extensiva aos aluguéis de apartamento de sua propriedade revertidos às suas finalidades institucionais.
- c) A imunidade tributária incidente sobre livros só é extensível ao papel nele utilizado se a obra tiver fins didático-educacionais.
- d) A isenção por prazo certo e em função de determinadas condições atendidas pelo sujeito passivo gera direito adquirido.
- e) A empresa pública Caixa Econômica Federal, que exerce atividade econômica, é abrangida pela imunidade tributária recíproca, não se sujeitando ao pagamento de imposto sobre propriedade de veículos automotores incidentes sobre seus carros.

75- Não extingue o crédito tributário a

- a) decisão administrativa.
- b) conversão de depósito em renda.
- c) prescrição.
- d) dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- e) remissão.

76- Assinale qual das opções abaixo é modalidade de exclusão do crédito tributário.

- a) Moratória.
- b) Parcelamento.
- c) Dação em pagamento em bens imóveis na forma da lei local.
- d) Anistia.
- e) Pagamento em espécie.

77- São causas de suspensão de exigibilidade do crédito tributário, exceto

- a) o depósito do seu montante integral.
- b) a concessão de medida liminar em mandado de segurança, se a impetração tiver por fundamento a inconstitucionalidade da cobrança de tributo.
- c) o parcelamento.
- d) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- e) a decadência.

78- Sobre a constituição do crédito tributário pode-se afirmar, exceto

- a) que a atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória.
- b) que o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado no caso de recurso de ofício.
- c) que o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, salvo se posteriormente modificada ou revogada.
- d) que compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- e) que, salvo disposição legal em contrário, quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento se fará sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

79- Em relação aos tributos e suas espécies, assinale a opção correta.

- a) O fato gerador de um tributo não pode decorrer de circunstância ilícita.
- b) Para determinação da natureza jurídica do tributo, é essencial a destinação legal do produto da arrecadação.
- c) Excepcionalmente é admitido no direito brasileiro o tributo *in labore* nas contribuições de melhoria quando a obra pública for realizada pelo próprio sujeito passivo tributário.
- d) O tributo denominado taxa, quando cobrado em razão de serviço público específico e divisível, pode receber a denominação de tarifa pública.
- e) O tributo tem função extrafiscal quando seu objetivo principal é a interferência no domínio econômico, não se limitando apenas à simples arrecadação de recursos financeiros.

80- Sobre a exclusão do crédito tributário, pode-se afirmar, com exceção

- a) que, salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
- b) que a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.
- c) que a anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa.
- d) que a anistia pode ser concedida de forma limitada às infrações de determinado tributo.
- e) que a anistia não abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO TCE (Controle Externo)

81- Segundo a Constituição do Estado de Goiás, compete ao Tribunal de Contas do Estado realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, por iniciativa dos seguintes entes públicos, exceto,

- a) do Governo do Estado.
- b) da Assembléia Legislativa.
- c) de comissão técnica.
- d) de comissão de inquérito.
- e) do próprio Tribunal.

82- De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, ordenar, por solicitação do Tribunal de Contas do Estado, a sustação de contratos por ele impugnados é competência privativa da(do)

- a) Procuradoria-Geral de Contas.
- b) Plenário do Tribunal de Contas do Estado.
- c) Governador do Estado.
- d) Presidente do Tribunal de Contas do Estado.
- e) Assembléia Legislativa.

83- A Procuradoria-Geral de Contas será dirigida pelo Procurador-Geral de Contas, nomeado em comissão pelo _____, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, mediante escolha entre os integrantes do corpo de Procuradores de Contas.

- a) Presidente do Tribunal
- b) Procurador-Geral de Contas anterior
- c) Chefe do Poder Legislativo
- d) Tribunal Pleno
- e) Chefe do Poder Executivo

84- Contra decisão do Tribunal de Contas do Estado, proferida em processo concernente à apreciação, para registro, de atos de concessão inicial de aposentadoria, reformas ou pensões, cabe(m)

- a) recurso de reconsideração.
- b) pedido de reexame.
- c) embargos de declaração.
- d) revisão, com efeito suspensivo.
- e) revisão, sem efeito suspensivo.

85- Sobre o tema denúncia, é correto afirmar

- a) que apenas partidos políticos, associações ou sindicatos são parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.
- b) que, reunidas as provas que indiquem a existência de irregularidade ou ilegalidade, serão sigilosos os demais atos do processo, assegurando-se aos acusados a oportunidade de ampla defesa.
- c) que a denúncia será apurada em caráter sigiloso, até que se comprove a sua procedência, e somente poderá ser arquivada após efetuadas as diligências pertinentes, mediante despacho fundamentado do responsável.
- d) que o denunciante poderá requerer ao Tribunal de Contas do Estado certidão dos despachos e dos fatos apurados, a qual deverá ser fornecida no prazo máximo de quinze dias, a contar do recebimento do pedido, independente de o respectivo processo de apuração ter sido concluído ou arquivado.
- e) que o denunciante não se sujeitará a qualquer sanção administrativa, civil ou penal, em decorrência da denúncia, mesmo em caso de comprovada má fé.

- 86- O processo instaurado pela autoridade administrativa quando da ocorrência de desfalque, desvio de bens, ou outra irregularidade que resulte em prejuízo para a Fazenda Pública, ou quando da omissão do dever de prestar contas, no prazo e na forma fixados, inclusive para as entidades da administração indireta, denomina-se
- Tomada de Contas Anual.
 - Tomada de Contas Extraordinária.
 - Tomada de Contas Especial.
 - Prestação de Contas Especial.
 - Prestação de Contas Extraordinária.
- 87- No âmbito do TCE-GO, a deliberação sobre inspeções e auditorias é competência
- privativa do Conselheiro Relator.
 - concorrente do Conselheiro Relator e do representante do Ministério Público junto ao Tribunal.
 - privativa do Presidente do Tribunal.
 - concorrente do Tribunal Pleno e do representante do Ministério Público junto ao Tribunal.
 - privativa do Tribunal Pleno.
- 88- Em processos de Tomada ou Prestação de Contas, quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento do mérito da matéria, as contas serão consideradas
- Regulares.
 - Irregulares, com débito quantificável.
 - Regulares com ressalva.
 - Irregulares, sem débito quantificável.
 - Ilíquidáveis.
- 89- De acordo com o Regimento Interno do TCE-GO, ocorrendo vaga de cargo de conselheiro a ser provida por membro do Ministério Público junto ao Tribunal, quando o preenchimento dessa vaga tiver de obedecer ao critério de antiguidade, caberá ao _____ elaborar a lista tríplice a ser submetida ao Plenário, respeitada a obrigatoriedade de os integrantes da lista possuírem os requisitos legais necessários à nomeação.
- Presidente do Tribunal
 - Corregedor-Geral
 - Procurador-Geral de Contas
 - Vice-Presidente do Tribunal
 - Procurador de Contas mais antigo
- 90- Nos casos em que o Tribunal tiver por objetivo o disciplinamento de matéria referente ao exercício de suas atividades de fiscalização, que envolva pessoa física, órgão ou entidade sujeita à sua jurisdição, deverá expedir
- Acórdão.
 - Resolução.
 - Instrução Normativa.
 - Resolução Normativa.
 - Parecer.
- 91- Compete ao Tribunal realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, exceto
- nas empresas privadas contratadas pela administração estadual para o fornecimento de bens ou serviços.
 - no Ministério Público.
 - nas entidades da administração estadual indireta.
 - nas fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público estadual.
 - nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- 92- De acordo com os termos do Regimento Interno do TCE-GO, o recurso de reconsideração e o pedido de reexame terão efeito suspensivo e serão apreciados
- pelo Presidente do Tribunal.
 - por quem houver proferido a decisão recorrida.
 - pelo Procurador-Geral de Contas.
 - pelo Corregedor-Geral.
 - por quem houver sido sorteado para apreciar o recurso.

93- Compete ao TCE-GO, conforme dispositivo constitucional, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, e as concessões de aposentadorias, reformas e pensões. Sobre tal competência, é correto afirmar que

- a) não estão sujeitas à apreciação do Tribunal as melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do ato concessório.
- b) incluem-se em tais disposições as nomeações para cargo de provimento em comissão, devendo o Tribunal, entretanto, exercer controle desses cargos, mediante cadastro próprio, nos termos do Regimento Interno.
- c) excluem-se de tais disposições as nomeações para cargo de provimento em comissão, devendo o Tribunal, entretanto, exercer controle desses cargos, mediante cadastro próprio, nos termos do Regimento Interno.
- d) não estão sujeitas à apreciação do Tribunal as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- e) estão sujeitas à apreciação do Tribunal as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

94- No que tange à fiscalização orçamentária, financeira e contábil do Estado e de suas entidades da administração direta e indireta, feita pelo TCE-GO de modo concomitante à realização das despesas, é correto afirmar que estão sujeitos a permanente controle pelo Tribunal

- a) todos os empenhos, liquidações e pagamentos de despesas, com a finalidade de verificar sua economicidade.
- b) todos os empenhos e pagamentos de despesas, com a finalidade de verificar sua legalidade.
- c) todos os empenhos e pagamentos de despesas, com a finalidade de verificar sua economicidade.
- d) todos os empenhos, liquidações e pagamentos de despesas, com a finalidade de verificar sua eficiência.
- e) todos os empenhos e pagamentos de despesas, com a finalidade de verificar sua eficiência.

95- Nos termos do Regimento Interno do TCE-GO, são requisitos essenciais do acórdão, exceto

- a) o relatório.
- b) os fundamentos.
- c) o dispositivo.
- d) o voto.
- e) a ementa.

96- Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto

- a) apreciar convênios ou acordos firmados pelo Estado.
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.

97- Assinale a opção que torna incorreta a seguinte assertiva: 'Em todas as etapas do processo de _____ será assegurada, aos responsáveis ou interessados, ampla defesa.'

- a) julgamento de contas
- b) inspeções e auditorias
- c) apreciação de atos sujeitos a registro
- d) fiscalização de atos
- e) fiscalização de contratos

98- No julgamento ou apreciação de processo, salvo no caso de _____, as partes poderão produzir sustentação oral, pessoalmente ou por procurador devidamente credenciado, desde que a tenham requerido ao Presidente do respectivo Colegiado até o início da Sessão.

- a) pedido de reexame
- b) recurso de reconsideração
- c) revisão, com efeito suspensivo
- d) embargos de declaração
- e) revisão, sem efeito suspensivo

99- Consideradas as normas e os procedimentos de fiscalização sobre editais, dispensas e inexigibilidades de licitação, e na hipótese de a Unidade Técnica concluir pela legalidade dos atos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação remetidos ao TCE-GO, o Ministério Público Especial disporá do seguinte prazo para seu pronunciamento:

- a) 6 dias úteis.
- b) 4 dias úteis.
- c) 5 dias úteis.
- d) 3 dias úteis.
- e) 2 dias úteis.

100- Nos processos de prestação ou tomada de contas, o Ministério Público funcionará

- a) em seguida à fase de instrução, para propor o que entender de direito.
- b) na fase de instrução, verificando a regularidade, correção e legalidade das contas.
- c) anteriormente à fase de instrução, para propor o que entender de direito.
- d) na fase de instrução, para propor o que entender de direito.
- e) anteriormente à fase de instrução, verificando a regularidade, correção e legalidade das contas.



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br